



Mestrado em Tecnologia Educativa (2006/2007)
Disciplina: Teorias e Modelos de Comunicação Educativa
Prof. Catedrático Dr. Elías Blanco Fernández

Aluno: Kelson dos Santos Araújo
Número mecanográfico: pg9753

Recensão do livro:

A Escola e a Aprendizagem da Democracia

Título original: *L'école est-elle encore le creuset de la démocratie?*



Autor: Philippe Perrenoud

Tradutor: Luís Cabral

Editora: ASA Editores II, S.A.

Braga - Portugal

2007



Perrenoud, Philippe (2006) [A escola e a aprendizagem da democracia](#).
Porto: Asa Editores II S.A., 160 páginas, ISBN: 972-41-3014-2

[Kelson dos Santos Araújo](#)

[Universidade do Minho, Braga, Portugal¹](#)

O livro é composto por textos escritos entre 1997 e 2001. A título de introdução, o autor coloca uma questão pertinente às necessidades da sociedade no que diz respeito aos problemas comuns a todos no planeta: "Poderá a escola socorrer a cidadania?". Nesta recensão, tomo a liberdade de grafar o termo "escola" sempre com a letra inicial maiúscula, excepto no caso das citações, pois entendo que assim melhor se destaca seu sentido *lato*, um dos objectos de atenção da obra em questão.

Perrenoud afirma inicialmente algo que parece bastante evidente a todos aqueles que se dedicam ao ensino: pressionadas pela escalada da violência, das desordens sociais, do enfraquecimento dos laços familiares, do individualismo irrestrito, entre tantos outros aspectos marcadamente preocupantes da vida actual, existe a tendência de as pessoas imaginarem que a Escola é, ou deveria ser, a "redentora dos pecados da sociedade" na posição de uma mola propulsora da democracia e da cidadania.

Assim, convoca-se a Escola a renovar-se com vistas a tornar possível uma democracia capaz de gerar uma vida pacífica em sociedade. Porém, o autor arrazoar de forma simples e inequívoca "que a escola faz parte da sociedade, deriva dela" e que não é possível simplesmente esperarmos "que ela preserve ou inculque valores que são desrespeitados e espezinhados por uma grande parte da sociedade."

A partir daí, Perrenoud prossegue com sua afirmação básica que a escola somos nós (todos nós) e, por conseguinte, as virtudes do sistema educativo reflectem aquelas da própria sociedade que lhe conferem legitimidade e recursos. Questiona se é válido depositar-se esperanças de solução, quase que mágicas, sobre a Escola, uma instituição que, obviamente, não se encontra acima de tudo e de todos e que não é capaz de, por si mesma, livrar-nos de nossas próprias contradições. Do mesmo modo, seria insensato impor à Escola esse desafio sem lhe conferir os meios necessários para uma educação para a cidadania

¹ Com o apoio do Programa ALβAN, Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina, Bolsa E06M100234BR.

condizente com tal expressão, de forma a que encorajassem, por exemplo, a autonomia, as habilidades inatas de negociação e de tomada de decisões por meio da prática em sala de aula, meios esses que possam auxiliar a criar as condições colectivas para acções com responsabilidade e de exercício da democracia.

De fato, é mais que óbvio ser ilusório uma sociedade individualista e patrocinadora das desigualdades sociais esperar que a Escola cultive valores de solidariedade que são ignorados ou ridicularizados em todos os aspectos da vida dos cidadãos. Se os valores dominantes na sociedade são o individualismo irrestrito, a exploração do homem pelo seu semelhante, a competição, a lei do mais forte (ou daquele de maior nível educacional) e a selecção natural do melhor capacitado (*a la* Darwin), então como se pode lançar a culpa sobre a Escola pela reprodução de tais valores? Quando a Escola simplesmente actua segundo os ditames de uma meritocracia padronizada pelos manuais escolares, não se interessando em descobrir e trabalhar as diferentes inteligências dominantes dos alunos nem em reconhecer suas "diferentes características cognitivas" (Gardner, 1995), ou quais são as condições sociais, culturais e económicas a que estão sujeitos, enfim, quais foram os motivos de não se ter conseguido motivá-los o suficiente para estarem à altura daquilo que - muitas vezes de forma despropositada - lhes é exigido, nada mais faz do que reflectir a "lei da Sociedade"!

Consoante a isso, o autor escora-se em uma afirmação que é tão óbvia quanto antiga, porém, ao mesmo tempo, é tão desprezada pelos que estão no poder: para combater os problemas, é necessário atacar as suas causas. Portanto, este novo livro de Perrenoud apresenta algumas das condições gerais para que a Escola possa alcançar seu importante objectivo de formadora para a cidadania de modo eficaz e eficiente. Desta forma, o leitor pode ficar tranquilo que o autor não tem a intenção de eximir a Escola da sua responsabilidade, mas sim que não aceita que a ela seja imputada a culpa pelos problemas, que fiquem bem clarificadas as águas.

Prosseguindo em sua análise, Perrenoud questiona se a educação para a cidadania deve ser encarada como um suplemento, apenas introduzindo-se essa disciplina com uma ou duas horas semanais na grade curricular. Menciona a existência óbvia dos *lobbies* (grupos de pressão) disciplinares que são avessos ao real acesso aos saberes, que privilegiam o estudo indiscriminado com o único objectivo de que os alunos passem nos exames e que não têm interesse no desenvolvimento de uma escola activa que aplique pedagogias construtivistas (Freire, 2003).

Com esta pequena introdução, Perrenoud já prepara o terreno junto ao leitor para um texto com forte base contestadora da situação actual da educação escolar que, evidente e infelizmente, mostra-se semelhante em outros países do mundo ocidental, tanto ao nível da Europa como ao das Américas. Isto se demonstra mediante citações de outros pedagogos institucionais, defensores da chamada escola activa, construtivista (no Brasil, conhecida como a "Nova Escola"), tais como Freinet, Gramsci e, obviamente, Paulo Freire.

Abrindo o Capítulo 1: "Aprendizagem da cidadania... das boas intenções ao currículo oculto", Perrenoud já sabiamente coloca questões que procuram

esclarecer o conceito de cidadania (com uma revisão do significado desse termo desde seu primeiro uso na Antiguidade até os dias actuais) e seu lugar na aprendizagem nos diversos meios sociais de hoje, divididos entre interesses nacionais e uma emergente "consciência planetária".

A seguir, o autor prossegue fazendo uma correlação entre os direitos e deveres do cidadão com as formas pelas quais a Escola tratou os alunos no passado recente (como instituição regradada e repressora, inclusive por meio de castigos morais e até mesmo físicos) e como tem de tratá-los actualmente, ou seja, respeitando "a esfera privada dos indivíduos, o seu direito de expressão e de livre associação". Isso remete o leitor aos grandes progressos alcançados pela sociedade no que toca aos maiores direitos alcançados para as mulheres, as crianças e as pessoas incapacitadas. Tais mudanças afectaram a maior parte dos sectores das sociedades desenvolvidas, especialmente com o papel muito maior nela desempenhado pelas mulheres (Hobsbawm, 1996). Esses avanços contrapõem-se à concepção tradicional da família patriarcal que mantinha mulheres e crianças num modelo castrador da liberdade de pensamento e de questionamento (ibden, 1996). Os resultados de tal modelo eram adultos submissos e com medo de serem livres. Felizmente, a Escola passou também a usufruir de diversas conquistas e de avanços que são irreversíveis.

Para além disso, consoante ao que Perrenoud havia dito anteriormente sobre o papel da Escola, afirma que, mais que uma injustiça, é um absurdo exigir-se da escola que ela seja mais virtuosa do que a sociedade de que é a expressão. Escora-se em Charles Péguy que, já desde os idos da primeira década de 1900, afirmou que devemos nos ocupar das crises da sociedade em vez de denunciarmos as carências da Escola e de lhe pedir novas missões impossíveis. Observa também de forma arrazoada que, na suposição de que a escola possa fazer alguma coisa para remediar a situação, certamente esta não será garantir uma educação para a cidadania mediante a aplicação de uma disciplina específica, mas sim o ponto em questão diz respeito ao currículo como um todo.

Deste modo, Perrenoud defende a ideia de que a cidadania deve ser construída mediante uma aprendizagem transversal, com presença constante no quotidiano escolar utilizando o recurso de uma "imaginação sociológica" estruturada na forma de uma cidade democrática na qual os alunos possam exercitar na prática as noções de cidadania nas diversas situações da vida escolar mediante a discussão, a negociação e o debate. Assim, tenta fazer o leitor perceber que o currículo real é composto pela soma de todas as experiências de formação vividas no quotidiano da Escola e, por conseguinte, é importante que sejam seleccionados para tal composição os conhecimentos que, de facto, representem para os alunos "instrumentos de inteligibilidade do mundo", uma óbvia referência a Paulo Freire e suas pedagogias.

De acordo com essa linha de pensamento, a tão propalada e necessária educação para a cidadania só conseguirá produzir efeitos se tiver a ver com todas as disciplinas e com todos os momentos da vida em colectividade. Não somente isto, mas Perrenoud argumenta também que tal educação para a cidadania está vinculada de modo muito próximo ao contexto pedagógico, às formas de selecção e de avaliação, ao sistema de penalizações, questionamentos e debates em sala de aula, aos relacionamentos com as

famílias e às modalidades de organização do trabalho escolar, entre outros aspectos. Questiona sabiamente sobre a validade de uma determinada entidade representativa do corpo discente vir somente a por em causa questões seculares tais como o uso de bicicletas ou do tabaco dentro das escolas e não ser autorizada a negociar nada em termos de acções pedagógicas.

Em termos resumidos, este capítulo procura passar a ideia de que a implementação de uma educação para a cidadania tem que ser mais que um simples jogo de palavras, ou seja, tem que ser levada a sério, sair do campo das boas intenções (aliás, das quais o inferno está cheio, conforme o velho ditado) e materializar uma ampla modificação nas grelhas curriculares, nos relacionamentos e processos decisórios e de comportamentos no âmbito escolar. O autor assim demonstra que torna-se necessário um outro conhecimento didáctico, um outro "contrato" educacional, uma outra gestão das turmas e um outro tipo de avaliação. De facto, esta última se encontra desvirtuada de seu objectivo precípuo visto que, actualmente, apenas atende aos propósitos explícitos de fundamentação e legitimação do mercado educacional (Afonso, 1995), sem preocupação com os alunos como um todo.

No que toca ao Capítulo 2: "O debate e a razão: para uma visão menos ingénua e menos marginal da educação para a cidadania", Perrenoud procura reafirmar a necessidade de envolver todas as disciplinas na educação para a cidadania. Sim, é uma das propostas do autor a reformulação completa do currículo para que as disciplinas representem uma oportunidade de os alunos exercerem intensivamente a "aprendizagem da razão, do respeito pelos factos, da prudência, da argumentação, da escuta, da procura paciente de um acordo sobre o que devemos pensar do mundo".

Conforme as coisas estão, o autor até mesmo chega a questionar a existência passada e presente de quantos sábios loucos e cientistas que se venderam e se vendem a quem oferece mais, pessoas estas que foram e são frutos do *modus operandi* educacional já instalado. Conforme o próprio título deste capítulo indica, Perrenoud certamente é cauteloso em sua visão para uma "solução" dos problemas da Educação, mas não abdica de sua posição de que desenvolver a ética da investigação e da discussão continua a ser a melhor aposta num mundo em que o argumento da autoridade tem cada vez menos peso, em que os indivíduos instruídos precisam de compreender e de serem convencidos por um raciocínio explícito, pelas observações e pelo respeito dos métodos.

Desta forma, Perrenoud afirma algo de que todos os que estão envolvidos no labor académico já estão bem apercebidos, ou seja, que só é possível colocar as disciplinas ao serviço da cidadania, da aprendizagem do debate e da razão, se as lideranças constituídas pararem de sobrecarregar os programas escolares e passarem a conceder aos professores e aos alunos o direito e o tempo suficientes para que construam em conjunto uma parte significativa do conteúdo da aprendizagem mediante o debate, a discussão e a exploração das alternativas disponíveis. Da forma como as coisas se encontram actualmente, os alunos concentram-se unicamente nas notas que precisam obter nos exames finais, posto que as disciplinas que lhes são impingidas apenas privilegiam saberes enciclopédicos, vistos como verdades universais e incontestáveis, cuja extensa maioria não lhes serão úteis em termos teóricos e muito menos ainda em termos

práticos. Assim, a Escola que pretensamente tem o desejo de educar, gasta todo o seu tempo em simplesmente instruir, em repassar um conhecimento descontextualizado do qual os alunos perdem tempo demais em memorizar e que será rapidamente esquecido. Privilegia-se a quantidade de conhecimentos que é fornecida e não a qualidade do que será assimilado para o benefício dos alunos.

Consoante a isso, o autor lança dúvidas sobre a forma de instrumentalização que está a ser impingida aos alunos hoje para conhecerem e enfrentarem o mundo ao perguntar se "valerá a pena procurar outros terrenos de exercício para além dos que constam dos programas". Esta é uma questão inferida a partir das afirmações de Perrenoud neste capítulo, no qual ele organizou de forma a dar uma pertinente relevância ao assunto da negociação na formação para o debate e para a razão mediante os saberes, o que deve ser responsabilidade de todos e, especialmente, dos professores.

Mudando um pouco o assunto em consideração, Perrenoud entra no Capítulo 3, "Ciberdemocratização, as desigualdades reais perante o mundo virtual da Internet". Abrindo-se um pequeno parêntese aqui, o autor empolga-se um pouco em uma previsão (mencionada no Plano da Obra) de que "mais tarde ou mais cedo, todos aprenderão a "navegar" na Internet e a utilizar o correio electrónico, da mesma maneira que todos aprenderam a servir-se do telefone". Naturalmente, "todos" aqui é um termo forte demais para ser utilizado sem se esperar comentários de ressalva a respeito. Não é exagero afirmar que milhões de pessoas ainda hoje não têm acesso ao corriqueiro telefone e, quiçá, não têm nem ideia de como usá-lo. Que dirá, então, do correio electrónico e da Internet... Deste modo, talvez fosse mais realista substituir o termo "todos" por "um número cada vez maior de pessoas" ou coisa que o valha. Fechando-se esse parêntese, vamos considerar que Perrenoud quis, de facto, exprimir esse pensamento e simplesmente utilizou uma figura de linguagem com essa intenção.

No início do Capítulo 3 propriamente dito, o autor faz um interessante, criativo e pertinente jogo de palavras com a sigla do momento na área educativa, NTIC. Ele contrapõe seu significado original, "Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação", com um outro bastante sugestivo e que nos remete ao assunto tratado nesse Capítulo: "Novos Tipos de (Des)igualdades Culturais.

De facto, Perrenoud reconhece que os meios intelectuais são necessários para conceber as condições do contrato social, da reciprocidade, da responsabilidade, da solidariedade e também para que as pessoas possam participar nas decisões e defenderem pontos de vista ou interesses. A partir daí, o autor faz uma abordagem lateral e bastante sucinta da influência da Internet como elemento transformador da sociedade nos diversos campos e meios intelectuais pelos quais passa - ou deveria passar - a educação para a cidadania, quais sejam: científico, comercial, mediático e político. Ao passo que a Escola não pode ficar à margem de tais transformações, cuidados são necessários quanto a se achar que as novas tecnologias são a panaceia libertadora e igualitária. Como ocorre com quase ou senão todas as invenções do ser humano, Perrenoud reconhece que a Internet também oferece perigos (pedofilia, roubo de informações, fraudes, entre outros), mas que representa um progresso importante e a Escola tem um papel vital em ajudar os alunos a utilizá-la da melhor forma possível na qualidade de "espaço de simulação e construção do conhecimento, nomeadamente através da (re)criação do vínculo social com o

saber na construção de uma inteligência colectiva" (Dias, 2000).

No campo político, Perrenoud considera que a Internet tornou quase impossível os governos totalitários isolarem totalmente seus países do restante do mundo, pois a "rede das redes é a realização de uma forma de democracia planetária directa" ao colocar todo tipo de informações à disposição dos indivíduos. Contudo, um efeito político perverso no tocante às pessoas se beneficiarem do que a Internet é capaz de fazer consiste no acesso desigual à informação e o domínio também desigual do seu sentido e das suas implicações.

O ponto interessante de seu raciocínio - e que faz o fechamento do capítulo - tem a ver com que a desigualdade não reside no uso básico do computador ou no acesso à Internet em si, mas sim na qualidade e no uso prático das informações que podem ser obtidas por este meio. Para que a igualdade entre os cidadãos seja restabelecida (e, acrescento, estimulada para as gerações vindouras), o autor afirma que não basta a Escola pôr as ferramentas informáticas à disposição dos alunos, mas que ela tem que "ser capaz de se servir delas a fim de desenvolver as competências, suscitar projectos, criar situações-problema, avaliar de maneira formativa, regular em função de objectivos claros e realistas," entre outros aspectos.

Deste modo, Perrenoud leva-nos a concluir acertadamente com base na leitura do Capítulo 3 que, de facto, é necessário que as informações estratégicas estejam ao alcance de todos e não apenas daqueles que sabem como encontrá-las, compreendê-las, compará-las, gravá-las, testá-las na prática, adaptá-las à sua realidade e, portanto, utilizá-las do melhor modo. Do contrário, a Internet continuará sendo nada mais do que um meio extraordinário de se perpetuar as desigualdades intelectuais e, portanto, agravar ainda mais as suas consequências.

Se não se estabelecer um uso amplo, racionalizado e aprimorado dessas tecnologias, levando-se em conta a forma desigual pela qual os diversos tipos de alunos conseguem dominar e usufruir das possibilidades oferecidas pela Internet, o conceito de ciberdemocratização cairá no vazio. De pleno acordo com Perrenoud, fica o alerta aos educadores para que possibilitem que a Internet seja utilizada em sua prática de ensino como um meio facilitador e estimulador da educação para a cidadania, sim, mas para todos e não apenas para alguns privilegiados.

Neste sentido, Perrenoud inicia o Capítulo 4, "Competências, solidariedade, eficácia: três tarefas para a escola" procurando estabelecer junto ao leitor uma prioridade de execução dessas tarefas com vistas à construção da cidadania no ambiente escolar.

Na parte que toca às competências, o autor evidencia sua relação com o exercício prazenteiro e responsável da cidadania pois não basta apenas saber as coisas, mas também deter o conhecimento sobre como utilizá-las de forma a poder fazer face ao mundo complexo em que vivemos, repleto de ocasiões de tomada de decisões que irão influenciar significativamente nosso futuro como cidadãos.

Neste ponto, Perrenoud menciona que "as reformas curriculares empreendidas na Bélgica, no Brasil, no Canadá e em Portugal, por exemplo, são favoráveis a cidadania" e, não sendo possível emitir um parecer com conhecimento de causa sobre as realidades educacionais na Europa e na

América do Norte, todavia, é possível afirmar que o autor equivocou-se nesta sua afirmação sobre a situação brasileira. Reforma curricular lá houve, sim. Porém, nada existiu de contribuição para que o sistema educacional brasileiro deixasse de continuar perverso em todos os seus aspectos. Isto se reflecte desde a completa desvalorização do professorado até a total desvirtuação do que seja realmente um cidadão pois, para a classe política e alguns académicos cúmplices, basta a pessoa saber assinar o nome que já é considerada alfabetizada e, portanto, já é um cidadão completo (leia-se: já pode votar, ou melhor, já será obrigado a votar, pois o Brasil, mesmo após a queda do regime ditatorial militar, ainda carrega em suas costas essa nódoa que é o voto compulsório).

Não se pode deixar de mencionar também que recentes mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro contemplam a aprovação automática dos alunos pelas sucessivas séries. Tais alunos formam-se completamente sem as competências necessárias para enfrentarem as condições do mercado de trabalho brasileiro e, portanto, acabam sendo obrigadas a se sujeitarem a empregos com salários ultrajantes, neo-escravocráticos, pois o que ganham nem mesmo é o suficiente para alimentação e morada decentes. Só para constar, em valores para todo o ano de 2007, o salário mínimo bruto no Brasil será de, aproximadamente, 135 euros por mês. Com descontos diversos, cai para pouco mais de 100 euros. Trabalhadores com o 12º ano completo ganham pouco mais que isso e o mesmo ocorre no caso de muitos empregos para os quais é exigida uma licenciatura (ou qualquer outro tipo de graduação em nível superior). Sem medo de exagerar, os diplomas que os alunos - "empurrados" pelas séries cursadas - carregam debaixo dos braços não funcionam nem mesmo como modernas cartas de alforria, esta é a triste constatação. Contudo, isto seria base para outras extensas análises que aqui não cabem.

De qualquer maneira, fica o alerta aos académicos estrangeiros que vão ao Brasil para cumprirem breves períodos de actividades profissionais e lá, até por força das circunstâncias e de seu brilhantismo profissional (como participantes principais convidados em Congressos, protagonistas de visitas guiadas a diversas instituições etc.), acabam sendo brindados pelos especialistas locais apenas com o lado "enfeitado" das coisas o que, infelizmente, às vezes resulta em uma visão completamente deturpada da realidade educacional brasileira.

Entretanto, há que se elogiar Perrenoud pela sua posição razoável no tocante a que uma reforma curricular não deva desprestigiar por completo os conhecimentos disciplinares, mas sim que devam ser considerados "como instrumentos para compreender e dominar a realidade, muito mais do que [serem considerados] apenas como bases para estudos superiores". Mais à frente, após lançar luz adicional sobre o conceito de competência e diferenciá-lo da preocupação com a aquisição de conhecimentos, Perrenoud avança-nos o seguinte: "É evidente que saber negociar, argumentar, contestar, assumir a sua vida, tornar-se um actor colectivo, animar um movimento, criar redes de cooperação, não são exactamente as competências em que pensam as empresas, mesmo se, em certos sectores, elas pedem mais iniciativa aos seus trabalhadores."

Em seguida, o autor brinda-nos com sua habitual lucidez esclarecedora ao

afirmar: "Pode haver uma visão "emancipadora" das competências bem como dos conhecimentos, da mesma forma que pode haver uma visão conservadora. A verdadeira clivagem [separação] não deveria ser entre os que falam de competências e os que valorizam o conhecimento, mas entre os que põem a pessoa ao serviço do sistema económico e os que lutam pelo contrário." Fica ao leitor a responsabilidade de analisar qual lado da questão melhor lhe corresponda.

No que diz respeito à "tarefa" da solidariedade (que o termo "tarefa" seja compreendido aqui em sua acepção de trabalho voluntário e não por obrigação) como componente inescusável da cidadania, Perrenoud segue uma linha de pensamento altruísta ao afirmar que "aquele que não se sente minimamente preocupado com o que acontece aos outros não encontrará razões para desenvolver saberes e competências cívicas". Não é uma visão piegas e simplista da vida, apesar de muitos talvez assim a considerarem. Estes provavelmente estão mais na defesa, aferrando-se a uma posição de indesculpável *indiferença* - esta muito criticada a propósito pelo autor - do que realmente desejando a construção de um mundo melhor.

Perrenoud, pela condição intelectualizada e prestigiada que hoje ocupa e da qual poderia muito bem tão somente tirar proveito próprio, felizmente não se expressa em conluio com uma visão elitizada e *darwiniana* nessa questão, mas pelo menos faz bom uso do dom das letras nesse Capítulo 4 para nos passar a ideia de que não há comunidade democrática sem um mínimo de solidariedade. Tal solidariedade seria uma forma de se conferir aval ao contrato social para que todas as partes envolvidas ficassem satisfeitas ao passo que cada uma defendesse de forma legítima os seus próprios interesses, porém dentro de um espírito filosófico, superior (no sentido de altruísta, é claro) e, por que não dizer, estratégico, visto que a busca da igualdade e da reciprocidade é, ao final das contas, uma grande consecução para todos, mesmo se, no presente momento, ela exige a implementação de determinados deveres. Tal raciocínio leva-nos a lembrar de questionar se a democracia realmente exige um sistema político no qual os detentores do poder acabam ficando muito mais preocupados em garantir as benesses dos seus próprios cargos do que em buscar a defesa do bem comum. Tal situação injusta leva-nos a pensar se Thoreau, já lá nos idos do século XIX, não estava certo em sua reacção de desobediência civil, sem violência, em protesto quanto às acções do governo norte-americano no uso indevido dos impostos para o patrocínio de suas guerras imperialistas (Thoreau, 1987).

Já no que toca à terceira tarefa para a Escola, a eficácia, Perrenoud analisa que os problemas residem na forma em que a Escola organiza o trabalho, na perda de tempo e de recursos voltados para a consecução de objectivos sem muito sentido e na falta de continuidade no tratamento dos problemas. É fácil prever, com bom grau de exactidão, que muitos dos leitores desta recensão, ao chegarem neste ponto, acenaram suas cabeças em sinal de identificação no que tange a tais problemas estarem presentes em suas próprias instituições de ensino.

Sendo assim, Perrenoud propõe que se deve adoptar uma lógica de resolução de problemas seguindo-se o princípio do "fluxo tenso", em contraposição ao do "fluxo empurrado". Este último não se importa com prazos e

não mobiliza recursos necessários para o alcance atempado dos objectivos, ao passo que o primeiro está associado a mais rendimento, a mais esforço direccionado e diferenciado, a mais organização. Desta forma, o segredo está em agir-se de imediato, já no início do ciclo de aprendizagem. Não há lugar para a atitude comodista de se "dar tempo ao tempo" achando-se que o insucesso escolar se resolverá no ano seguinte.

Por tudo o que foi considerado até então, pode-se afirmar que o ponto fulcral da obra e, provavelmente, do tema geral em consideração, localiza-se no quarto capítulo no qual, a título de recapitulação do que já foi considerado até aqui, são colocados os três desafios de uma educação para a cidadania, quais sejam (não necessariamente nesta ordem): primeiro, proporcionar competências para todos (o que exige uma pedagogia activa), segundo, estimular a solidariedade de todos para com todos no sentido de aprender a conviver e cooperar uns com os outros (em contraposição à forma de ensino tradicional que repousa na exclusão daqueles que não são bem sucedidos), o que impõe grandes mudanças nas regras do jogo no contexto escolar e, terceiro, considerando que a Escola não é vista como sendo um modelo de eficácia, é necessário agir prontamente de forma a efectivamente preparar os alunos para desempenharem tarefas a tempo e a hora definidos, ou seja, o mesmo tipo de tarefas às quais elas serão submetidas ulteriormente em sua vida profissional. Não se permitirá, então, que o mercado de trabalho torne evidente, de forma irreparável, os efeitos da indiferença no seio escolar quanto à falta de conhecimentos e de competências dos alunos "empurrados" de ano para ano.

De acordo com tal linha de pensamento, até como complementação aos comentários um tanto quanto ácidos feitos anteriormente nesta recensão com respeito à tarefa das competências descrita por Perrenoud no Capítulo 4, o autor conclui esta parte afirmando que a eficácia do sistema educativo é a chave de tudo. Lança ao leitor uma estatística preocupante quanto aos 20% de jovens que "saem da escola com dificuldades de escrita e falhas a nível [sic] dos saberes escolares essenciais" e, portanto, tal porcentagem de ineficácia representa uma ameaça à cidadania. Comenta apropriadamente também que um nível elevado de instrução não é uma condição capaz de garantir a democracia, mas que é, de facto, necessária.

"Democracia", então, aqui entende-se como maiores igualdade e justiça sociais, apesar desta conceituação ser encarada por muitos como ingénua e utópica. Perrenoud demonstra estar ciente disso e defende o desenvolvimento das pessoas como actores autónomos, ladinos o suficiente para não caírem nas armadilhas montadas pelos demagogos e tiranos, capazes de exercerem lideranças, de colocarem suas competências em prática e de administrarem conflitos. Em outras palavras, a importância maior é dada ao adestramento de uma prática reflexiva para uma construção mais dinâmica das organizações escolares em contraposição aos sistemas tradicionalmente duplicadores e conservadores que hoje existem.

Para encerrar sua análise com um bem-vindo viés para a valorização do trabalho dos professores, no quinto e último capítulo do livro, "Fundamentos da educação escolar: os desafios da socialização e da formação", Perrenoud reaviva metodicamente a memória do leitor quanto a essas duas grandes missões básicas da escola com uma tentativa de relacioná-las mediante uma forma

coerente.

No tocante aos desafios da socialização, a chave consiste em "preparar para enfrentar as contradições da vida colectiva". O autor faz, assim, um convite aberto à Escola e aos professores para que adiram "a um projecto de sociedade com valores fortes e a fazerem-se os defensores de uma sociedade igualitária e democrática, à altura do século XXI." De facto, isso seria como se fosse para passar um apagador sobre toda a história do anterior século XX, amplamente marcada por lutas pela hegemonia cultural, económica, militar e política (Arrighi, 1994). Em contraposição ao pensamento das forças hegemónicas, Perrenoud é bem claro ao afirmar que, para desenvolver a autonomia e a cidadania na sociedade, a escola precisa de professores que sejam pessoas com credibilidade, que actuem como medianeiros culturais, animadores de uma comunidade educativa, organizadores de uma pequena democracia, promotores que levem em consideração a pluralidade de culturas e, por fim, intelectuais.

Consoante a isto, ao abordar a segunda grande missão básica da Escola, a formação dos alunos com o intuito de prepará-los para enfrentar a complexidade do mundo, o autor detém-se um pouco sobre o nunca esgotado debate entre a importância dos conhecimentos (termo algumas vezes utilizado ou traduzido em outras obras como "saberes") e das competências.

Logo em seguida, o autor lista algumas das características dos professores do futuro. Estes devem exibir um perfil de acordo com uma visão construtivista em termos pedagógicos, que assegurem a aquisição dos saberes para geração de competências, que tenham também um perfil criador de situações adequadas à aprendizagem efectiva, que consigam liderar projectos, que sejam especialistas em avaliação formativa, que sejam bons administradores das diferenças e orientadores dos processos de formação. Somente assim serão capazes de preparar os alunos para fazerem frente à complexidade do mundo munidos de conhecimentos e competências.

Pode-se abrir outro parêntese aqui: de facto, é incrível como a profissão de professor vem sendo desvalorizada paulatinamente em todas as partes do mundo. Longe de se pensar em algum tipo de teoria da conspiração, mas a realidade é que a categoria docente já é há vários anos astutamente exposta de forma estereotipada às pessoas nos *media* de massa como uma classe profissional marginalizada. Isto ocorre sob uma óptica de se encarar tal situação como natural e até mesmo jocosa (como já acontece no caso dos advogados que sempre são vistos como candidatos inevitáveis ao inferno). Desta forma, textos como este de Perrenoud, são vitais para varrer da mente das pessoas tal ideia redondamente equivocada sobre os professores e seu trabalho. Afinal de contas, vale acrescentar que todos os outros agentes da sociedade, todos os outros profissionais que hoje contribuem de uma forma ou de outra para a cidadania, tiveram que passar por um professor!

Em sua conclusão intitulada "Uma educação em torno da complexidade e da solidariedade como fundamento da democracia", Philippe Perrenoud relembra, então, as relações mantidas entre a Escola e a democracia. Se hoje o que vemos é uma tentativa generalizada de se culpar a Escola pela falha na criação de uma sociedade melhor, vinculada ao facto de também se achar que a Escola tem que ser a "salvadora da pátria", felizmente, nós, educadores, repousamos com nossas consciências tranquilas quanto a tais acusações e conceitos redonda-

mente equivocados. Se a democracia está a correr o risco de falência e, conseqüentemente, de vir a dar lugar a regimes autoritários por causa das ameaças provocadas pela falta de civilidade, pelo desemprego, pela falta de perspectivas, pelo crime e pela violência crescentes no seio da sociedade, não serão a Escola e seus agentes de educação os culpados.

Em termos razoáveis e sensatos, Perrenoud amplia o raciocínio acerca da responsabilidade quanto à fragilidade da democracia trazendo à baila questões relacionadas com os sistemas políticos e nossa participação activa neles na qualidade de eleitores conscientes ou despreparados para fazer as escolhas correctas, estando estes últimos sujeitos à influência poderosa e subtil dos demagogos e dos agentes de legitimação do *status quo*. Muito interessante também é a sua contraposição entre aqueles que preferem "escolher não ser um "bom cidadão" de forma calculada com aqueles que preferem "contribuir para fazer da cidadania um "bom cálculo". Entram na roda da crítica pungente de Perrenoud as empresas multinacionais, os impérios militares e políticos sedentos de petróleo e outras matérias-primas, os conglomerados industriais, os países totalitários e os grupos mafiosos e terroristas. É óbvio que nenhum destes está lá muito interessado em promover a educação para a cidadania. A exploração do homem pelo homem é o seu enfoque.

Finalmente, em resumo, Perrenoud questiona se a educação para a cidadania está ou não à altura de enfrentar com sucesso os diversos factores que a desviam de seu curso normal e que ressaltam a fragilidade das instituições democráticas como elas se apresentam.

Desta forma, podemos ver que Perrenoud não tem papas na língua ao afirmar que seu livro procura estar "ao serviço de uma visão da cidadania que, evidentemente, mergulha as suas raízes numa opção política" e, por conseguinte, reconhece que encontra-se limitado pelo próprio sistema e pela sociedade patrocinadores das desigualdades sociais no que tange àquilo que se é possível fazer para modificar a triste situação actual.

Certamente, em suas considerações, Perrenoud deixa margem para críticas por parte de alguns sociólogos realistas que as poderiam encarar como um tanto quanto singelas e utópicas demais. Contudo, ele é bem claro que o que interessa a ele "é contribuir para a reflexão" e, longe de fornecer algum tipo de "receita", pretende apenas lançar bases para um futuro e paulatino rompimento das estruturas actuais que, tão-somente, perpetuam as condições obstantes a uma real educação para a cidadania.

Esse livro funciona como uma convocação à reflexão e, adicionalmente, um chamado à acção para que se passe da teoria à prática. Para além disso, pode ser visto também como um desagravo aos professores, um pedido de reparação das ofensas morais, profissionais e materiais às quais eles estão submetidos.

De facto, a leitura deste livro é fácil e apaixonante, com uma linguagem clara e acessível, decorrendo quase que na forma de conversa com o leitor. Não se encontra sequer um raciocínio radical, mas todos os assuntos são abordados de forma lúcida e organizada, respaldados por uma análise teórica bem fundamentada. Da mesma forma, o pragmatismo de Perrenoud, ao considerar os complexos problemas educativos em suas diversas interacções dentro dos contextos social, político e económico, só vem a contribuir para uma leitura assaz

interessante. Percebemos também o autor trabalhando em conjunto suas duas habilidades, como sociólogo e como educador, num especialmente estimulante jogo de confrontos e questionamentos. Ao passo que o sociólogo se debruça sobre as análises realistas, geralmente negativas, no que toca a questões sobre a democracia e o exercício da cidadania, expondo visceralmente as mazelas do *status* educacional actual, não deixa abandonados e sem alento os professores, essa classe que convive diariamente com todas as angústias e perturbações pertinentes à profissão como ela se configura actualmente. Sim, o autor fornece aos seus colegas educadores algumas sugestões e propostas de intervenção perspicazes que agem como estímulo para que efectivamente se engajem e deixem de lado a rotina do trabalho a que vêm sendo submetidos.

Obras como esta de Perrenoud, produzidas com base nos estudos do seu Laboratório de Pesquisas em Inovação, Formação e Educação (conhecido como *LIFE - Laboratoire de recherche Innovation-Formation-Éducation*), da Universidade de Genebra, Suíça, na qualidade de responsável académico, só vêm a enriquecer o "arsenal" que os professores têm em mãos para que possam fazer opções conscientes, para que intervenham de maneira produtiva no sector educativo e no contexto da sala de aula.

Nas palavras de Perrenoud, que os pessimistas sejam activos (para que se afastem de um "realismo conservador") e que os optimistas sejam prudentes (para que evitem um idealismo ingénuo, fadado à desilusão). Do mesmo modo, pode-se acrescentar que todos, dentro de suas respectivas circunstâncias, busquem as inovações necessárias nos campos da formação e da educação para a cidadania para um retorno às noções fundamentais de igualdade, solidariedade, justiça e respeito pela diversidade numa abordagem educacional renovada.

Para finalizar, seguindo uma tradução do título original do livro em francês ("*L'école est-elle encore le creuset de la démocratie?*") mais próxima do literal, ou seja, "É ainda a escola o cadinho da democracia?"), ficam os votos para que nós, como educadores inspirados por esse texto que tanto apoio e força nos confere nesse momento tão complicado do cenário educativo, desempenhemos correcta e idoneamente o nosso papel no jogo do sistema e apostemos nossas fichas que a Escola tem condições de ser realmente o cadinho onde se funde e se forja a Democracia, a verdadeira.

Bibliografia:

Afonso, Almerindo J. (1995) O Contexto Internacional, as Reformas Educativas e a Avaliação Educacional, in Políticas educativas e avaliação educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995), Tese de Doutoramento, Universidade do Minho

Arrighi, Giovanni. (1994) The long twentieth century: money, power, and the origins of our times. Londres, Verso.

Dias, P. (2000) Hipertexto, hipermédia e media do conhecimento: representação distribuída e aprendizagens flexíveis e colaborativas na Web. Revista Portuguesa de Educação, 13(1), pp. 141-167. CEEP - Universidade do Minho.

Freire, Paulo (2003) Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Editora Paz e Terra S/A. 36ª edição.

Gardner, Howard (1995) Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas,

Hobsbawm, Eric (1996) A Era dos Extremos. História Breve do Século XX, 1914-1991. Lisboa, Editorial Presença.

Thoreau, H. D. (1987) *Walden and civil disobedience*. Houghton Mifflin College Div.

Dados breves sobre o autor do livro:

Philippe Perrenoud é sociólogo, especializado em currículo, práticas educacionais e formação de professores, professor na Universidade de Genebra, Suíça, responsável académico pelo Laboratório para Inovação, Formação e Educação (LIFE) e publicou mais de quinze obras e diversos artigos em sua área de especialização.